



CLIO E MNEMOSINE: a disputa pela História e pela(s) memória(s) da Revolução Mexicana

Fábio da Silva Sousa

Mestrando em História Social pela Universidade Estadual Paulista

Bolsista da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

*Quem controla o passado,
controla o futuro.
Quem controla o presente,
controla o passado.*
George Orwell, 1984

RESUMO

A Revolução Mexicana foi um dos acontecimentos mais significativos da História Contemporânea. Eclodida antes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, esse singular processo revolucionário, que está no limiar do seu centenário comemorativo, continua tendo a sua História e a sua Memória disputada pela sociedade mexicana. Dentro desse contexto, esse artigo pretende analisar a formação e as características dessa disputa, empreendidas pelo governo, movimentos sociais e personalidades políticas e culturais, que almejam serem os portadores dessa História e dessa Memória.

Palavras -chave: Revolução Mexicana, História, Memória, México.

ABSTRACT

The Mexican Revolution was one of the most significant events of contemporary history. Hatched before the First World War and the Russian revolution, this unique revolutionary process, which is on the threshold of its centennial celebration, continues with its history and its memory disputed by Mexican society. Within this context, this article aims to analyze the formation and characteristics of the dispute, undertaken by the government, social movements and political and cultural personalities who desire to be the bearers of history and of memory.

Keywords: Mexican Revolution, History, Memory, Mexico.

Introdução

Quando Francisco Ignacio Madero conclamou, no Plano de São Luiz Potosí, que o povo mexicano se levantasse em armas no dia 20 de novembro de 1910, às 18:00 hs, para derrubar o ditador Porfírio Díaz, que estava se perpetuando no poder há mais de trinta anos, jamais poderia imaginar que o México mergulharia numa década de sangrenta guerra civil, com diversas alterações no poder e com um saldo de aproximadamente um milhão de mortos (VILLA, 1993). Uma revolução sempre acarreta conseqüências imprevistas para os seus protagonistas, seja lutando pela sua consolidação ou combatendo-a. E com o México não poderia ser diferente.

Comparando com outros levantes de grande apelo social, como a Revolução Bolchevique no leste europeu, que originou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, em 1917, e na América Latina, a Revolução Cubana de 1959, o processo revolucionário mexicano possui algumas peculiaridades. Primeiramente, essa revolução não tinha um programa bem definido e delimitado quando explodiu na sociedade mexicana; muitos dos seus caminhos ideológicos foram construídos no *calor da batalha*. E em segundo, esse evento, quase cem anos depois de deflagrado, ainda possui um forte papel ativo e mítico entre os mexicanos.

A Revolução Mexicana possui diferentes interpretações, que constituem um mosaico de diversas *memórias* sobre a sua *história*, que longe de ser estática e homogênea, é desconstruída por meio de constantes releituras. Esse debate sobre o que realmente foi essa revolução e o seu legado, que apresentaremos mais adiante, possui todos os *ingredientes* de uma discussão essencial de quem trabalha com o passado, que se constitui no cruzamento entre Memória e História, cujo debate já proporcionou interessantes estudos e reflexões.

1. Memória e História: proximidades e distanciamentos

A relação entre Memória e História não é uma problemática recente e podemos nos reportar até a referências mitológicas sobre tal questão. Ao trabalhar com essa dicotomia, François Dosse utilizou-se de uma remota lenda mitológica para ilustrar uma antiga concepção de que História e Memória se relacionavam de forma harmônica “Clio era filha de Mnemosine e Zeus, criando assim um antigo idílio entre história e memória” (DOSSE, 2004, p.169).

Comentando sobre tal fábula, em outra perspectiva, Jean-Pierre Rioux defende que o historiador deve esclarecer esse idílio, pois, para ele, ambas se opõem (RIOUX, 1998, p.308).

Essa oposição apresentada por Rioux, já havia despertado interesse nos anos de 1920 e 30 pelo sociólogo Maurice Halbwachs, no clássico *A Memória Coletiva*. Nesse trabalho, Halbwachs discorreu sobre as diferenças entre História e Memória, ao elaborar a tese de que a história começaria onde a memória social acabaria e a mesma se encerraria quando não mais haveria o suporte imaginário de determinados grupos sociais. Nesses denominados quadros sociais, a presença de grupos de convívios ou de referência seriam fundamentais, pois os mesmos agiriam peremptoriamente na formação da memória de cada indivíduo,

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distinguem materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Discípulo de Émile Durkheim, para Halbwachs a Memória se formaria nos grupos de convívios que formam os quadros sociais e poderia ser dividida entre coletiva (vívida) e histórica (aprendida). Por essa interpretação homogênea, a Memória se constituiria em um fato social e a História teria características plurais e não teria contato direto com o indivíduo. Nesse contexto, a Memória Nacional seria construída para organizar e coletivizar os grupos sociais, anulando diferenças e lhe dando um caráter homogêneo, cuja relevância torna-se fundamental na formação dos Estados Nacionais. Podemos perceber que Halbwachs acreditou em uma Memória concreta, homogênea e representativa do que foi vivido pelo indivíduo, enquanto a História estaria distante, contudo, indispensável para restituir um passado fora da dimensão do vivido. Em suma, a Memória seria una, enquanto a História seria plural, ou seja, História(s).

Retomando o texto de Jean-Pierre Rioux, que curiosamente possui o mesmo título do livro de Halbwachs, encontramos uma vitalidade dessa discussão na afirmação de que

A história é um pensamento do passado e não uma rememoração. Forjou as suas próprias armas e codificou as suas leis. O historiador não é, portanto, um memorialista, porque constrói e dá a ler a narrativa – sim, a narrativa: redescoberta recente, importante e duradoura – de uma representação do passado (RIOUX, 1998, p. 308).

Estudando acontecimentos importantes da história da França, Rioux, utilizando-se da expressão cunhada por Pierre Nora, trabalhou nesse texto com a crise de identidade da “*memória coletiva*”, onde a “*memória-patrimônio*” estaria no lugar de uma “*memória-nação*”. Segundo

ele, existe uma contradição nesse “efeito-patrimônio”, que, sem querer nada esquecer, já não tem condições de recordar. Em outras palavras, a sociedade francesa estaria vivendo numa espécie de eterno e incômodo presente.

Outra leitura referente a essa questão pode ser encontrada no já citado texto de François Dosse, que inicia a sua escrita discutindo os principais conceitos presentes nos estudos de Halbwachs, que para ele pode ser compreendida como uma separação radical que o sociólogo conceituou entre a História e a Memória (DOSSE, 2004, p.178).

Assim como Rioux, Dosse utiliza-se de muitos exemplos da história francesa, demonstrando que a obra de Halbwachs, contemporânea do surgimento da *Escola dos Annales*, foi rediscutida na década de 1970, resultado de uma valorização de um olhar mais crítico e plural sobre o passado. Esse período corresponde ao grande uso da História Oral, que entrou em choque com a Memória coletiva e hegemônica de Halbwachs e dos Estados Nacionais, resultando em que o “desmoronamento do caráter unitário e linear da história-memória carregada pelo Estado-nação suscitou, a partir dos anos 70, uma profusão de memórias plurais, afirmando sua singularidade, e uma riqueza durante muito tempo limitada a uma existência subterrânea” (DOSSE, 2004, p.177). Ao entrar nesse ponto, Dosse procurou demonstrar que, em vários casos, o silêncio de um grupo social referente a certos acontecimentos não é apenas uma forma de esquecimento. Constitui-se em *memórias subterrâneas*, que, mesmo não sendo evidentes, podem surgir em momentos de fissuras políticas e sociais.

Apoiando-se em estudos recentes da história social e de práticas psicanalíticas freudianas, Dosse criticou essa oposição entre História e Memória, como a separação radical teorizada por Halbwachs e a superposição das duas áreas, realizada pelo Estado Nacional, concluindo que “A memória é, portanto, como a história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento” (DOSSE, 2004, p.183). Em suma, para o historiador francês, mesmo diferente em certos aspectos, a construção, o uso e a interpretação da Memória segue alguns pontos semelhantes com a História, devendo evitar os impasses conduzidos por uma grande separação, mas também tendo claro que a simples *fusão* desses dois campos é igualmente perigosa.

Essa diversidade das memórias individuais foi bem discutida e analisada por Michael Pollak em seus trabalhos no campo de História Oral. Preocupado com a questão de como a Memória influencia na construção de identidades, em seu texto, Pollak mostra a diferença entre

memória individual e coletiva e como a mesma pode ser seletiva, inclusive se opondo, em alguns casos, à História e às cronologias oficiais.

A rigor, pode-se dizer que, além da transferência entre datas oficiais, há também o predomínio da memória sobre determinada cronologia política, ainda que esta última esteja mais fortemente investida pela retórica, até mesmo pela reconstrução historiográfica [...] A história está se transformando em *histórias*, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia (POLLAK, 1992, p.203).

Outra referência interessante são os estudos de Ecléa Bosi sobre Memória Individual e História Oral. Entrevistando militantes operários, por meio de suas lembranças, Bosi demonstra como esses velhos combatentes desenvolveram uma *Memória política* e se posicionaram ativamente acerca dos acontecimentos sociais os quais vivenciaram

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, narrando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a (BOSI, 1987, p.371).

Além desses “*lugares da memória*” de Pierre Nora também se apresenta como outro trabalho bastante significativo sobre essa discussão dicotômica que apresentamos acima. Como citado por Camilo de Mello Vasconcellos, em seu estudo sobre o Museu de História da Cidade do México, que trataremos mais adiante, para Nora

a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e “vulnerável a todas as manipulações”. A história em contrapartida, é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. A história, como operação intelectual, “dessacraliza a memória” (VASCONCELLOS, 2007, p. 23).

Antes de prosseguirmos no próximo tópico, algumas considerações devem ser explicitadas sobre essa problemática entre História e Memória.

Atualmente, há muita oposição à visão homogênea de Halbwachs. Memória e História são dois campos diferentes, todavia, em determinados momentos eles se cruzam na compreensão e interpretação do passado de cada sociedade. Em concordância com Dosse, a Memória deve ser entendida em sua pluralidade, no seu sentido oficial utilizado pelo Estado Nacional e na sua característica subterrânea e silenciosa. Sobre essa pluralidade, Pollak é bastante importante ao demonstrar que a Memória, além de ser construída e seletiva, em determinados grupos sociais exerce um papel ativo na construção de sua História e da sua cronologia dos acontecimentos, cujo

melhor exemplo caracteriza-se pela Memória Política trabalhada por Ecléa Bosi. Pela sua grande proximidade com cada indivíduo, cada pessoa, a Memória se torna passível de manipulações e, como salientou Nora, a História seria um suporte importante para evitar essa forma de controle. Além disso, a História também seria fundamental para combater esse eterno presente das sociedades, resultante da “*memória-patrimônio*”, como demonstrado por Jean-Pierre Rioux.

Apesar da maioria dos autores citados trabalharem com exemplos da história da França, as suas conclusões e metodologias podem ser utilizadas nas análises de outros fatos de diversas sociedades. Demonstraremos, a seguir, como a Memória e a História dialogaram e ainda se relacionam na construção de um passado da Revolução Mexicana de 1910.

2. México Rebelde: As Heranças da Revolução

Memória oficial: a Revolução Vitoriosa

O período armado da Revolução Mexicana encerrou-se em 1920 e teve como fato importante a morte de Venustiano Carranza e a consolidação de uma classe dirigente advinda do Estado de Sonora, por meio da posse de Álvaro Obregón em primeiro de dezembro do mesmo ano. Essa década de 20 também representou o período conhecido como Reconstrução Nacional e marcou o fim dos combates armados das diversas facções mexicanas, resultantes da morte de Emiliano Zapata, em 1919, e da rendição de Pancho Villa. Tais eventos estabilizaram o Estado e definiram as características do que viria a ser o México moderno (CAMÍN, MEYER, 2000, p.97-169). Findada a luta armada, a vitoriosa classe burguesa precisava vencer também a luta pela herança da Revolução Mexicana, ou seja, almejavam ser os *portadores de sua Memória*.

Segundo Carlos Alberto Sampaio Barbosa, a eleição de Plutarco Elias Calles para a presidência, em 1924, foi realizada no momento em que o Estado mexicano procurou desenvolver uma política cultural “*revolucionária*”, com o objetivo de reconstruir os acontecimentos históricos de uma forma que legitimasse o poder da burguesia pós-revolucionária (BARBOSA, 2006). Dessa política, destacamos a constituição do Partido Revolucionário Institucional, PRI, fundado em 1929 com o nome original de Partido Nacional Revolucionário (PRN) por Calles. Em 1936, no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) mudou de nome para

Partido da Revolução Mexicana (PRM), que manteve até 1948, quando passou a denominar-se Partido Revolucionário Institucional. Legenda que se mantém até a atualidade.

Colocando-se como portador da herança e da Memória da Revolução Mexicana, o PRI se manteve no poder por mais de 70 anos, caracterizado pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa como uma *Ditadura Perfeita*, em um debate com o intelectual mexicano Octavio Paz, em um encontro promovido pela revista *Vuelta*, ocorrido em agosto de 1990, na Cidade do México (FUSER, 1995, p.14). O PRI deixou o poder em 2000, quando perdeu as eleições presidenciais para o candidato Vicent Fox, do Partido da Ação Nacional, PAN. Nas eleições ocorridas no semestre de 2006, o PRI se manteve fora da disputa eleitoral, que foi protagonizada por Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática, e Felipe Calderón, do PAN. Mais adiante, exploraremos melhor esse fato. No momento, gostaríamos de chamar a atenção às manifestações culturais desenvolvidas pelo PRI, como forma de desenvolver uma política cultural que os legitimasse no poder e os colocasse como detentores da Memória e da História da Revolução Mexicana, cujo exemplo destacamos na fundação do Museu Nacional de História do México.

O Museu de História do México foi fundado em setembro de 1944, na gestão presidencial de Manuel Ávila de Camacho (1940 – 1946) e teve como principal função consolidar uma Memória Oficial, passando a todas as camadas da população a visão de um México homogêneo (cultural e socialmente) e nacionalista, que excluiu e anulou os movimentos sociais e as manifestações de outras culturas (VASCONCELLOS, 2007, p. 113).

Como estudado por Camilo de Mello Vasconcelos, a Revolução Mexicana representada no Museu Nacional de História estava associada ao Constitucionalismo¹, a Venustiano Carranza e à Constituição de 1917, que representaria o fim do processo revolucionário e a extinção de todas as divergências decorrentes daquele período violento.

Não só a Revolução está concluída, mas a própria História do México encontra-se resolvida. A Revolução é o ponto final da luta iniciada desde a conquista espanhola, as diferenças, os conflitos e as injustiças são por ela resolvidos [...] Villa e Zapata foram os derrotados, ou porque não tinham projeto e ficaram apenas lutando contra as demais facções envolvidas no conflito, ou porque não se aliaram ao único projeto nacional

¹ “**Constitucionalistas:** partidários da manutenção da Constituição de 1857, desrespeitada por Victoriano Huerta quando este destituiu o presidente legitimamente eleito, Francisco Madero. Posteriormente, mantiveram o epíteto em oposição aos partidários da Convenção de Aguascalientes. As principais lideranças desse grupo político foram Venustiano Carranza e Álvaro Obregón” (BARBOSA, 2007, p. 87).

elaborado de forma consistente: o liberal burguês de Carranza (VASCONCELLOS, 2007, p. 188).

Comprometidos em fixar essa mensagem no povo mexicano, quem estava por trás do Museu, ou seja, membros do PRI, procurou enquadrar cronologicamente a Revolução Mexicana entre 1910 e 1917, período esse da formulação da Constituição por Carranza. Todavia, com a queda do PRI em 2000, mudanças radicais aconteceram no Museu Nacional e no tipo de mensagem transmitida ao público. As representações de Carranza foram eclipsadas e, segundo Vasconcelos, Vicent Fox e o PAN tentaram apagar as referências à Revolução Mexicana, em razão do vínculo criado pelo PRI desde a sua fundação em 1929 (VASCONCELLOS, 2007, p. 194-197).

Outro exemplo dessa representação homogênea encontra-se no álbum *Historia Gráfica de la Revolución Mexicana*, de autoria da família Casasola. Dividido em 10 volumes, o álbum procurou construir visualmente a história do México de 1900 até 1970. Em sua pesquisa sobre o álbum, Carlos Alberto Sampaio Barbosa trabalhou com os exemplares correspondentes do período de 1900 até 1940, que, em sua conclusão, produziram uma interpretação visual e histórica da Revolução Mexicana.

Diferente do Museu de História Nacional, os álbuns fotográficos dos Casasola não sofreram intervenção direta do PRI em sua confecção; contudo, essa obra seguiu a mesma linha interpretativa do Museu Nacional de História do México em sua primeira fase e se colocou a favor dos Constitucionalistas, que em sua concepção, seriam os vencedores da Revolução do México, enquanto as facções mais populares, compostas pelos exércitos camponeses de Emiliano Zapata e Pancho Villa, os Convencionalistas², foram os derrotados.

Zapata e Villa, essas duas figuras nucleares no imaginário coletivo da Revolução Mexicana, nunca foram assimilados positivamente pela elite mexicana. O álbum procurou neutralizar a importância desses líderes, reservando os melhores atributos para os líderes ligados ao projeto dos constitucionalistas. Assim procurou realizar as figuras de Madero, Carranza e Obregón Villa foi um pouco mais representado que Zapata nos álbuns, mas nota-se que os dois foram desqualificados (BARBOSA, 2006, p.119).

² “**Convencionalistas:** partidários da Convenção de Aguascalientes, reunida nesta cidade em 1914, cujo objetivo era o de reorganizar politicamente o país. Com o não reconhecimento desta por Carranza e o abandono de Obregón, suas principais lideranças foram Francisco Villa, Emiliano Zapata e Eulálio Gutierrez” (BARBOSA, 2007, p.87).

Barbosa conclui afirmando que os álbuns procuraram transformar um passado. Fragmentário e caótico em um processo coeso e fundador. Para os Casasola, dos quais alguns membros acompanharam e presenciaram a Revolução no calor do momento, os *pais fundadores* do México moderno foram Francisco Madero e Venustiano Carranza. Dessa forma, Zapata e Villa foram incorporados no álbum ao lado de seus antagonistas do passado e suas diferenças, oposições, foram apagadas “Os inimigos de outrora foram reunidos, dividindo lado a lado o mesmo espaço de uma página do álbum, mas no conflito geral os vencedores se destacam no conjunto da obra” (BARBOSA, 2006, p.148).

Pelo que foi apresentado até o momento, afirmamos que o PRI, pelo Museu de História Nacional do México e o álbum *Historia Gráfica de la Revolución Mexicana*, procurou criar uma Memória Nacional, hegemônica e coletiva, como conceituado por Maurice Halbwachs. Não obstante, como já foi exposto por François Dosse, a Memória também possui características plurais, e da oficial, existe o silencioso e o subterrâneo que podem emergir na sociedade a qualquer momento. E no México essas Memórias subterrâneas elevaram-se, defendendo uma Revolução Mexicana inacabada!

Memória subterrânea: A Revolução inacabada

Na virada do ano de 1993 para 1994, no governo mexicano de Carlos Salinas de Gortari (1988 – 1994), enquanto a elite comemorava o ingresso do México ao North America Free Trade Agreement, NAFTA, que estabeleceu uma zona de livre comércio entre o país mexicano, os Estados Unidos e o Canadá, no então desconhecido e pobre estado de Chiapas, localizado ao sul do país e fronteira com a Guatemala, surgiu o Exército Zapatista de Libertação Nacional, EZLN, reivindicando mudanças na política governamental e o reconhecimento dos povos indígenas pela sociedade, o que surpreendeu não apenas o México, como o mundo inteiro (FIGUEIREDO, 2006). Atuante até os dias de hoje, o EZLN procurou imediatamente apropriar-se da imagem de Emiliano Zapata e colocaram-se como os legítimos herdeiros da Revolução Mexicana, cuja memória, segundo seus integrantes, foi usurpada pelo PRI e por seus representantes políticos, denúncia essa evidenciada no primeiro documento produzido pelos guerrilheiros neozapatistas, a Primeira Declaração da Selva Lacandona

Somos produtos de 500 anos de luta [...] a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes; assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós [...] somos os herdeiros dos verdadeiros

forjadores de nossa nacionalidade, os depossuídos somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos para que se somem a este chamado como único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vendepátrias (DI FELICE & MUÑOZ, 1998, p. 39).

No período da insurgência neozapatista, a grande atração da mídia estava no porta-voz dos guerrilheiros, o Subcomandante Marcos. Além de ser branco e alto, o que também se tornou fator de diferenciação de Marcos dos restantes dos insurgentes foi a sua grande capacidade de comunicação com a imprensa, o seu carisma intelectual e o domínio do inglês, do francês e do espanhol. Contudo, isso também serviu ao governo mexicano, que não podendo mais esconder da imprensa os acontecimentos em Chiapas, passou a divulgar que os indígenas estavam sendo manipulados por estrangeiros, informação essa que acabou perdendo a sua sustentação ao longo do conflito. Além da palavra escrita, essa aproximação que o EZLN procurou estabelecer com a figura de Emiliano Zapata pode ser comparada com as imagens veiculadas de Marcos.



Figura 1: Emiliano Zapata e Subcomandante Marcos

Nas fotos acima, percebe-se como a postura do Subcomandante Marcos é bastante semelhante com a de Emiliano Zapata. Ambos estão montados em cavalos, que, no caso de Zapata, têm uma força imagética muito forte, e Marcos representaria o ressurgimento dessa figura emblemática do defensor dos camponeses que morreu pelos seus ideais. Além disso, nos primeiros dias de combate, diversos veículos de comunicação censuraram o nome *zapatista* utilizado pelos guerrilheiros e, ao pronunciar-se aos mexicanos sobre o levante, o então presidente Carlos Salinas trocou a foto de fundo de seu gabinete, que antes era de Zapata, por uma imagem de Venustiano Carranza.

No ano 2000, o cineasta mexicano Francesco Taboada Tabone começou a trabalhar em um documentário sobre os últimos ex-soldados vivos que combateram no Exército Libertador do Sul, de Emiliano Zapata. Desse esforço foi produzido o documentário *Los Últimos Zapatistas, Héroes Olvidados*. Ao terem a oportunidade de falarem e de serem ouvidos, os antigos sobreviventes revolucionários deram um relato do que a Revolução Mexicana significou e ainda representa em suas vidas. Para eles, a Revolução não acabou e ainda existe a necessidade de lutar pelos ideais por que eles levantaram as armas em 1910. Em certo momento do documentário há um encontro entre membros do EZLN com esses veteranos zapatistas. Outro ponto interessante ocorre em certo momento do filme, onde muitos veteranos relatam que não acreditam na morte de Zapata. Uma das explicações dadas é que “Zapata se foi para Arábia, onde tinha família” e outra diz que se “refugiou em Chiapas”. Segundo John Womack Jr, essa crença de que Emiliano Zapata estava vivo foi construída logo após a execução do líder do Exército Libertador do Sul

Luego, se hicieron correr consejas aún más extrañas. Se habia visto el caballo, que montaba el día de su muerte, el alazán que Guajardo le había dado, galopar sin jinete por las montañas. La gente que lo había visto decía que ahora era blanco, como una estrella. Y alguien pensó que había visto al propio Zapata montado en él, solo, cabalgando a todo galope hacia las montañas de Guerrero, hacia el sur. La creencia de que no había muerto era un consuelo, tanto por la verguenza de no seguir luchando, como por el sentimiento de culpa de haberle encargado una tarea imposible de realizar, de haberlo entregado a la muerte (WOMACK JR, 1969, p. 325).

Para ilustrar a força desse mito, no filme *Viva Zapata!*, de 1952, dirigido por Elia Kazan e com Marlon Brando no papel de Zapata, a seqüência final mostra o corpo do líder revolucionário sendo exposto em praça pública e ao ser rodeado pelos camponeses, muitos afirmam que aquele corpo não é de Zapata. O filme encerra mostrando o cavalo branco de Zapata em cima de um morro, com as vilas camponesas ao fundo e com a promessa do retorno de seu antigo dono.

Para Letícia Mayer, ao estudar a construção da imagem dos personagens da Revolução e do panteão dos heróis mexicanos, ao contrário de Francisco I. Madero, Venustiano Carranza e Francisco “Pancho” Villa, a lenda de Zapata começou a se formar logo após a sua morte. Os periódicos do período noticiaram a morte do líder camponês de forma dramática, dando ênfase à emboscada traidora na qual ele caiu como vítima, eclipsando os outros personagens do processo revolucionário mexicano

Zapata se convirtió finalmente en símbolo sobresaliente de la Revolución y de la ideología nacional, superando incluso a Madero, a Carranza y a Villa [...] Zapata creció como elemento dominante de la cultura nacionalista mexicana, e incluso de la cultura que, como dijera Carlos Monsiváis, llega a ser “de exportación” (MAYER, 1995, p. 380).

Do que foi exposto, o Exército Zapatista de Libertação Nacional representa uma outra visão da história da Revolução Mexicana. Citando novamente François Dosse, podemos afirmar que eles fazem parte de uma *Memória Subterrânea* que se revelou à sociedade mexicana e ao mundo em 1994. Recorrendo aos conceitos de cronologias de Michel Pollak e da Memória Política de Ecléa Bosi, para esses guerrilheiros, assim como para os antigos combatentes do lendário Exército Libertador do Sul, a imagem, a Memória e a História tanto de Emiliano Zapata quanto da Revolução do México deveriam sair do domínio da elite e voltar para o seu devido lugar, ou seja, ao lado do povo, dos camponeses e dos indígenas. Diferente da cronologia oficial, para eles a Revolução Mexicana continua, pois a sociedade mexicana ainda não conseguiu cumprir as suas promessas de apelo social.

Todavia, fica o desafio de compreender como esses *lugares de memória* coexistem na sociedade mexicana atual, como se cruzam e como se mantêm no imaginário dos grupos sociais.

3. Considerações Finais: México, entre o passado e o futuro, o conflito no presente

Seria bastante tentador se fizéssemos um julgamento desses *lugares da memória* da Revolução Mexicana. Todavia, uma análise maniqueísta de verdades e mentiras, de certo ou errado atrapalha e ofusca a compreensão de toda essa construção histórica do processo revolucionário que existe atualmente na sociedade mexicana. Tanto a elite que construiu uma memória oficial, quanto os guerrilheiros e excluídos que vêm e defendem uma outra história,

segundo a sua memória subterrânea, utilizam a Revolução Mexicana como um legitimador ideológico de suas ações perante a sociedade, e entender essas construções é a função do ofício dos profissionais da História

A disciplina histórica não tem por objetivo celebrar tal ou tal memória particular ou ressuscitar o que se passou, mas tornar compreensíveis, em toda sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e mulheres, os diversos grupos sociais, os governantes e os governados... sem apagar nenhuma de suas asperezas (BOUTIER, JULIA, 1998, p. 53).

Já no final da década de 70 do século passado, Héctor Aguilar Camín já alertava sobre esse uso ideológico da Revolução de 1910 “[...] la revolución mexicana ha sido sobre todo un poderoso instrumento ideológico de dominación, un fetiche aglutinador de significados y adaptaciones retóricas, un fantasma continuamente catalogado y continuamente inexacto, que genera su propia confusión y su inagotable hemenéutica” (CAMÍN, 1979, p.11).

Como havíamos dito anteriormente, a polêmica disputa eleitoral ocorrida no México em 2006, entre Andrés Manuel López Obrador e Felipe Calderón, mostrou a vitalidade que a imagem da Revolução ainda tem na sociedade mexicana. López Obrador, candidato pelo Partido da Revolução Democrática, PRD, perdeu a eleição por uma pequena porcentagem de votos para o candidato da situação Felipe Calderón, do Partido da Ação Nacional, PAN. “Calderón foi ‘eleito’ com 0,6% de vantagem em relação a Obrador, ou 35,8% dos votos contra os supostos 35,3% do candidato do PRD, uma diferença de apenas 243.934 votos em um universo de 41 milhões de eleitores” (HILSENBECK FILHO, 2007, p.28). As denúncias de fraudes eleitorais não demoraram a aparecer e López Obrador protestou, afirmando que governaria paralelamente o norte do país, pois a Revolução Mexicana teria nascido daquela região. Dessa declaração, percebemos que, a exemplo do EZLN, que se consideram sucessores de Emiliano Zapata, López Obrador tentou vincular-se a Francisco Madero.

Com base nesse constante resgate dessa herança revolucionária, podemos concluir brevemente que a memória da Revolução goza de uma autonomia na sociedade mexicana e em momentos de crise, personagens políticos e sociais sempre procuram recriá-la. Isso nos remete à afirmação de Peter Burke de que alguns processos revolucionários constantemente são encenados em suas respectivas sociedades, o que fica evidente no caso mexicano (BURKE, 2005, p.161).

No limiar de completar cem anos, acreditamos que a Revolução Mexicana atraia para si atenções e interesses de pesquisadores e estudiosos de diversas áreas de atuação e de diversos

países. François-Xavier Guerra já demonstrou a importância das comemorações como objeto de estudo das batalhas em torno da memória e esquecimento (GUERRA, 2008) e reforçando essa afirmação, segundo Jaime de Almeida, diz:

Dentre todas as formas e variações de festas, as comemorações se apresentam como objetos muito especiais de, e para a reflexão historiográfica. Há uma intensificação e renovação da produção historiográfica a cada momento em que se celebram efemérides, visto que tradicionalmente se incluem encontros acadêmicos (ALMEIDA, 2008, p.1).

Em meio às comemorações oficiais que acontecerão, acreditamos que haverá mais um choque desses *lugares de memória*, da história oficial e da história esquecida dos grupos sociais marginalizados da sociedade mexicana. Em uma entrevista ao jornal britânico *The Guardian*, reproduzida pelo periódico mexicano *La Jornada* em 13 de maio de 2007, o EZLN, por meio do Subcomandante Marcos, já afirmou que os cem anos da Revolução Mexicana serão importantes para os guerrilheiros. Segundo o jornal, Marcos afirmou que em 2010 “o México se transformará numa panela de pressão” e “estourará”. Acrescentou ainda que “Se não formos vencedores, enfrentaremos uma derrota definitiva”. Além do EZLN, nas manifestações comandadas por López Obrador contra o resultado do processo eleitoral, era comum encontrar na cidade do México pichações fazendo alusões a 2010 e ao retorno dos ideais da Revolução, como podemos conferir no cartaz abaixo, que mostra uma espécie de *aviso* de Emiliano Zapata a Felipe Calderón, Vicente Fox e outras personalidades políticas mexicanas:



Figura 2: cartaz produzido por simpatizantes de Andrés Manuel López Obrador

Como escreveu Octavio Paz, mesmo findada, a Revolução Mexicana não conseguiu resolver as contradições da sociedade que a gerou. “La Revolución mexicana nos hizo salir de nosotros mismos y nos puso frente a la Historia [...] La Revolución mexicana ha muerto sin resolver nuestras contradicciones” (PAZ, 1993, p.209). As suas interpretações históricas, as construções de suas Memórias plurais só confirmam a força que esse acontecimento marcante possui no imaginário do povo mexicano e da América Latina em geral, e 2010 será um momento privilegiado para refletirmos sobre o significado dessa importante revolução do início do Século XX.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaime de. O segundo centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: **Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Disponível: http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jaime_de_almeida.pdf. Acesso em 13 Jun.2008.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da História Visual da Revolução Mexicana (1900 - 1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____. **.20 de Novembro de 1910: a Revolução Mexicana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Introdução: Em que Pensam os Historiadores? In: _____(Org). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Trad. Marcella Mortara, Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p.21-61.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMÍN, Héctor Aguilar. Ovación, denostación y prólogo. In.: GILLY, Adolfo; [et. all.] **Interpretaciones de la Revolución Mexicana**. México: Universidade Nacional Autónoma de México & Editorial Nueva Imagen, 1979.p.11-19.

_____; MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea. 1910-1989**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DI FELICE, Máximo; MUÑOZ, Cristobal (Orgs). **A Revolução Invencível: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional: cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998.

DOSSE, François. A Oposição História/Memória. In: _____ **História e Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 2004, p.169-191.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da estratégia do EZLN**. São Paulo: RiMa Editora/Fapesp, 2006.

FUSER, Igor. **México em transe**. 2 ed. São Paulo: Scritta, 1995.

GUERRA, François-Xavier. Memórias em Transformação. In: **Revista Eletrônica ANPHLAC**. nº 3. Disponível: http://www.anphlac.org/periodicos/revista/revista3/revista_anphlac_3.pdf. Acesso em 13 Jun. 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **Abaixo e à Esquerda**: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Julio de Mesquita Filho (UNESP): Marília, 2007.

MAYER, Letícia. El Proceso de Recuperación Simbólica de Cuatro Héroes de La Revolución Mexicana de 1910 A Través de La Prensa Nacional. In.: **Historia Mexicana**. México: El Colegio de México, Vol. XLV, nº 2, Octubre – Diciembre 1995, p.353-381.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, vol.5, nº10,1992, p.200-215.

RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Colectiva. In.: _____ ;SIRINELLI, Jean-Françoise. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.p.308-332.

VASCONCELOS, Camilo de Mello. **Imagens da Revolução Mexicana**. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **A Revolução Mexicana (1910-1940)**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993 (Série Princípios).

WOMACK JR, John. **Zapata y la Revolución Mexicana**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1969.